

Câmara recebe hoje norma sobre criação de municípios

Segue hoje para a Câmara dos Deputados projeto de lei que regulamenta a criação de municípios, aprovado quarta-feira pelo Senado. A proposta pode evitar que 57 municípios, com prefeitos e vereadores, deixem de existir nos próximos meses. **7**

Senado cumpre lei que acaba com nepotismo

A súmula do Supremo Tribunal Federal que proíbe a contratação de parentes nos três Poderes será cumprida pelo Senado, disse ontem Garibaldi Alves. O presidente da Casa salientou que o diretor-geral e o advogado-geral trabalharão em conjunto para promover as demissões. **3**



Zambiasi teme que greve no Dnit afete obras do PAC

Sérgio Zambiasi pediu ao governo que examine as reivindicações dos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Eles estão paralisados desde o dia 6, pedindo melhores salários e contratação de novos funcionários. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.905 – Brasília, sexta-feira, 17 de outubro de 2008

Genildo Magalhães



Crise gera cortes no Orçamento, admite Delcídio

O Orçamento da União para 2009 poderá sofrer cortes de custeio e até mesmo de investimentos em decorrência da crise financeira internacional. O anúncio foi feito pelo relator-geral da proposta orçamentária, senador Delcídio Amaral (*foto*), depois de se reunir com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Delcídio admite que o PIB deverá crescer menos nos próximos anos. **4**

Goellner vê o agronegócio entre o desastre e a oportunidade

Com a crise, o agronegócio pode quebrar ou elevar o Brasil à condição de grande fornecedor mundial de alimentos, diz senador. **5**

Suplicy destaca "cenário positivo" da economia brasileira

Crescimento do emprego e desempenho do varejo são citados pelo senador como dados que reforçam a posição do país. **4**

Prestação de serviços no Mercosul pode ser facilitada

Acordos internacionais que criam o Visto Mercosul e o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e vão ao exame do Plenário. **8**



José Cruz

Valadares (E), Jefferson Praia, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Tuma e Paulo Duque na CRE, que decidiu requerer informações sobre imunidade de diplomatas

Autor da proposta, Tião Viana afirma que parcela importante dos recursos do SUS é gasta em procedimentos complexos para atender poucas pessoas

Projeto disciplina oferta de remédios gratuitos

AGUARDA PARECER DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Tião Viana (PT-AC) segundo o qual a obrigatoriedade do Sistema Único de Saúde (SUS) de prestar assistência terapêutica restringe-se ao fornecimento de medicamentos registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e à oferta de procedimentos ambulatoriais e hospitalares realizados no território nacional e constantes de tabelas elaboradas pelo Ministério da Saúde.

A proposta, que altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), tem como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O texto tramita em conjunto com projeto do senador Flávio Arns (PT-PR) que cria um capítulo na mesma lei para dispor sobre novos medicamentos e técnicas terapêuticas mais modernas, com a obrigatoriedade de as tabelas organizadas pelo SUS serem revistas a cada ano.

Proibições

O projeto de Tião Viana (PLS 219/07) explicita que o fornecimento dos medicamentos será



Para Viana, é preciso garantir a todos os serviços de saúde. Já Flávio Arns quer atualizar a lista dos medicamentos oferecidos. Propostas são relatadas por Jereissati

feito mediante o cumprimento de protocolos clínicos e segundo as diretrizes neles estabelecidas. Na falta desses protocolos, a oferta será limitada aos medicamentos das relações de medicamentos essenciais e de remédios de dispensação excepcional elaboradas pelo Ministério da Saúde.

A proposta proíbe o fornecimento, pagamento ou reembolso de medicamento, nacional ou importado, sem registro no órgão público competente – a Anvisa. Também fica vedado o pagamento, o ressarcimento ou reembolso de procedimento clínico ou cirúrgico para

fins estéticos ou embelezadores, de órteses ou próteses com a mesma finalidade e de procedimento clínico ou cirúrgico experimental.

Na justificativa da matéria, Tião Viana lembra que a garantia de acesso universal aos serviços de saúde é tão importante quanto o seu atendimento integral. Essa garantia somente será possível, observa, se os recursos destinados à saúde forem criteriosamente aplicados.

Para o senador, se uma parcela importante de recursos for gasta em procedimentos altamente complexos para aten-

der a umas poucas pessoas, fatalmente grandes parcelas da população sofrerão por falta de medicamentos destinados a doenças como tuberculose, malária, diabetes, Aids ou hipertensão arterial.

Conselho

Já o projeto (PLS 338/07) de Flávio Arns institui o Conselho Nacional de Incorporação de Medicamentos e Produtos de Saúde. Órgão superior de deliberação colegiada, o conselho será vinculado ao Ministério da Saúde e terá a finalidade de conduzir e julgar a incorporação ou exclusão de medicamentos

ou procedimentos de saúde nas tabelas do SUS para distribuição e acesso gratuito e universal.

Ao justificar a proposição, Flávio Arns argumenta que a lista de medicamentos do SUS não é revista há quatro anos. O senador argumenta ainda que a administração pública não pode usar a limitação orçamentária como razão para uma restrição no fornecimento de medicamentos, quando se trata do direito à vida, que a Constituição garante como direito fundamental no seu Capítulo I, ou à saúde, que o Capítulo II da Carta trata como direito social de todos os brasileiros.



Propostas sobre assistência terapêutica estão sendo examinadas pela Comissão de Justiça

Vales do Itapecuru e do Mearim podem ser incorporados à área da Codevasf

Os vales dos rios Itapecuru e Mearim, no Maranhão, poderão ser definitivamente incorporados na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). É o estabelece projeto de Lei da Câmara que está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e já conta com parecer favorável da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

Para viabilizar a incorporação, o projeto (PLC 148/08) propõe alteração na Lei 6.088/74, que instituiu aquela estatal. Em 2000, essa legislação sofreu uma modificação com o objetivo de estender também a atuação da companhia ao Vale do rio Parnaíba. Até então, somente o rio São Francisco era objeto de atenção da empresa.

O Vale do Itapecuru limita-se a sudeste com a bacia do rio Parnaíba, na parte centro-leste do Maranhão e é uma das regiões de mais elevadas

densidades demográficas do estado; e o Vale do Mearim, localizado a oeste do Itapecuru, tem participação reconhecida no processo de ocupação do interior daquele estado.

Conforme o autor do projeto, deputado Carlos Brandão (PSDB-MA), a inclusão dos dois vales na área de atuação da Codevasf facilitará as atividades de planejamento e execução do aproveitamento dos recursos hídricos da região, com destaque para a promoção da agricultura irrigada.

Em seu parecer favorável, Roseana Sarney afirma que a incorporação dos dois vales à Codevasf em muito contribuirá para o desenvolvimento do centro-leste do Maranhão, um estado, segundo ela, de extrema necessidade e que possui o produto interno bruto (PIB) *per capita* mais baixo do país.

– Assim, não resta dúvida sobre o acerto da proposição em análise ao



Roseana: "Medida muito contribuirá para desenvolver o centro-leste do Maranhão"

trazer para as terras maranhenses a capacidade empreendedora da Codevasf. Trata-se, efetivamente, de valioso aporte de capacidade institucional e técnica, que se somará às entidades estaduais e municipais no desafio de reverter a lamentável situação relativa do estado quanto a sua situação econômica e social quando comparado com as demais unidades da Federação – justifica Roseana.

A proposição será apreciada pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e depois submetida à deliberação do Plenário.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pronunciamentos e leitura de expediente

A sessão às 9h é não-deliberativa, e se destina a pronunciamentos dos senadores e leitura de expediente. Entre os inscritos estão Serys Silhessarenko (PT-MT), Marco Maciel (DEM-PE) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

Garibaldi Alves preside sessão não-deliberativa

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, preside às 9h a sessão não-deliberativa.



Gerardo Maggela

Jayme Campos propõe mudança na composição de colegiado

Ex-presidentes no Conselho da República?

O senador Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre vagas no Conselho da República aos ex-presidentes da República, ao alterar o inciso I do artigo 89.

Pelo texto vigente, têm assento no conselho, que é órgão superior de consulta do presidente, o seu vice; o presidente da Câmara dos Deputados; o presidente do Senado; os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; o ministro da Justiça; e seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, sendo dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois eleitos pela Câmara dos Deputados. Todos os conselheiros têm mandato de três anos, sem possibilidade de recondução.

Sabedoria

No entender de Jayme Campos, o país não pode abrir mão da experiência e da sabedoria dos seus ex-presidentes para o aconselhamento do chefe da Nação. O parlamentar mencionou o atual momento de insegurança, provocado pela crise financeira internacional, como a situação apropriada para se pensar no valor da contribuição de nomes como Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor e José Sarney à alta administração do país.

– Em momentos de tempestade e mares revoltos, é sob a experiência e a mão firme dos velhos timoneiros que repousa a esperança das embarcações alcançarem portos seguros.

Jayme Campos disse que a turbulência “pode corroer todos os pilares do capitalismo moderno”, e que há o risco de uma recessão em escala global.

Diretor-geral e advogado-geral da Casa farão trabalho conjunto para promover demissões de parentes de senadores, determinadas pelo Supremo Tribunal Federal

Senado vai cumprir lei sobre nepotismo, afirma Garibaldi

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que não cabe a ele dizer quem será demitido, mas garantiu que a lei será cumprida, referindo-se à Súmula 13, do Supremo Tribunal Federal, que proíbe a contratação de parentes nos três Poderes.

Garibaldi fez a afirmação ao informar que levantamento realizado na área administrativa para identificar os funcionários que são subordinados a parentes já está pronto. A lista, no entanto, não será divulgada.

O presidente do Senado também informou à imprensa que entrou em contato com todos os parlamentares e que já dispõe dos dados sobre a existência ou não de familiares trabalhando em seus gabinetes. Garibaldi salientou que o diretor-geral e o advogado-geral do Senado fa-

rão um trabalho conjunto para proceder às demissões.

– Não estou aqui para dizer se fulano vai ser demitido, mas para dizer que a lei vai ser cumprida – observou o senador.

Consulta

O presidente do Senado também relatou encontro com o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que prometeu responder, na segunda ou na terça-feira, à consulta sobre as contratações de parentes de senadores ocorridas antes de eles tomarem posse. Garibaldi aguarda a manifestação da Procuradoria Geral para decidir a respeito dos dois casos que originaram a consulta.

Questionado com relação à contratação de duas filhas da secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, Garibaldi afirmou:

– Creio que ela, a exemplo dos

outros, já deu as informações necessárias. E diante das informações, não sendo os dois casos [objetos da consulta], o diretor vai proceder como deve proceder: demitir os servidores.

Garibaldi ressaltou que não se sente isolado nem tem a percepção de que alguém está contra ele com relação à decisão de respeitar a súmula do Supremo Tribunal Federal sobre nepotismo. O senador apenas lamentou que esse tenha sido o assunto dominante na Casa nos últimos dias.

– Nós estamos tratando de um tema só. Foi esquecido o resto do mundo, até a crise do sistema financeiro.

O presidente do Senado observou que os funcionários atingidos poderão se dirigir ao procurador-geral da República ou ao Supremo e procurar apresentar suas razões.



Paulo Lima

Garibaldi Alves informa que foi concluído levantamento sobre funcionários subordinados a parentes

TV Senado exhibe documentário sobre Jango

A primeira parte do documentário *Jango em 3 atos* será exibida pela TV Senado neste domingo, às 21h. Lançado em audiência pública na última quarta-feira, o filme foi produzido pela emissora, com direção do jornalista Deraldo Goulart. A segunda parte vai ao ar no domingo seguinte, dia 26, também às 21h.

O documentário conta a história do ex-presidente da República João Goulart e aborda ainda a recente polêmica em torno de sua morte. Oficialmente, a causa foi um ataque cardíaco. No entanto, segundo Mário Neyra Barreiro, ex-agente do serviço secreto uruguaio, preso desde 2003 em Charqueadas (RS), Jango foi morto a pedido do governo brasileiro.

Ritmos

Quem perdeu o encontro do músico Paulinho Moska com



Filme conta vida de João Goulart, que presidiu o país de 1961 até o golpe militar de 1964

o argentino Kevin Johansen no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) de Brasília em setembro de 2007, como parte do projeto Mercosul Musical, terá a oportunidade de conferir o espetáculo à meia-noite deste sábado e às 14h30 do domingo.

Literatura

No programa *Leituras*, o poético ano de 1968 continua

em foco. O jornalista e escritor Mouzar Benedito conta com humor e profundidade as lembranças de quando atuava no movimento estudantil, no auge da ditadura militar. O livro *1968, por aí... – Memórias burlescas da ditadura* é o assunto do bate-papo com o autor neste domingo, às 8h e às 20h30. Comentários sobre obras de Graciliano Ramos e Jorge Amado complementam o programa no quadro *Dica de Leituras*.

A TV Senado pode ser sintonizada nos canais UHF 36, no Gama (DF); 40, em João Pessoa; 43, em Fortaleza; 51, em Brasília; 52, em Natal; 53, em Salvador; 55, no Recife; e 57, em Manaus. Pelos canais de assinatura 7, da Net Brasília; 17, da Tecsat; 118, da Sky; e 217, da Direct TV; ou, ainda, ser acompanhada ao vivo pelo site www.senado.gov.br/tv.



Gerardo Maggela

Zambiasi pede que o governo atenda às reivindicações

Zambiasi: greve do Dnit afetará obras do PAC

A greve dos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) pode afetar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alertou Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Segundo o senador, a paralisação iniciada no último dia 6 reivindica melhores salários e a contratação de novos funcionários.

Zambiasi pediu que o governo examine as solicitações dos servidores, ponderando que a Medida Provisória 441/08 – trata das carreiras do órgão –, que está sendo analisada pelo Congresso, nem sequer minimiza os problemas existentes.

O senador lembrou que o Dnit foi criado em 2002 para gerir os 118 mil quilômetros de rodovias federais, ampliar e melhorar 28 mil quilômetros de linhas ferroviárias e cuidar de 42 mil quilômetros de hidrovias. Deveria contar com 5 mil servidores. Hoje, com orçamento de R\$ 10 bilhões anuais, tem apenas 2.889 servidores.

Baixos salários

Embora o Dnit tenha realizado concurso público em 2006, disse o parlamentar, 30% dos 922 admitidos já deixaram a autarquia, por causa dos baixos salários. Os servidores em greve reclamam da falta de regulamentação da progressão funcional e da gratificação por qualificação pelo governo, ambas previstas no plano de carreira de 2005.

“Os problemas funcionais são agravados pelo próprio governo, ao não liberar todos os recursos previstos para obras a cargo do departamento”, continuou Zambiasi. Isso tem impedido, inclusive, a instalação efetiva das balanças de caminhões nas rodovias, serviço essencial para evitar a destruição das estradas por veículos acima do peso autorizado, acrescentou.

Expectativa é de que o produto interno brasileiro cresça menos nos próximos anos, afirma relator-geral do projeto da lei orçamentária depois de se reunir como o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles

Delcidio admite cortes no Orçamento de 2009 em função da crise financeira

APÓS REUNIR-SE ONTEM com o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, o relator-geral do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2009, senador Delcidio Amaral (PT-MS), anunciou que o Orçamento do próximo ano poderá sofrer cortes em custeio e até mesmo em investimentos em razão da crise financeira internacional.

O senador disse que a avaliação de Meirelles sobre a conjuntura econômica é de que os principais países do mundo terão inflação maior e um crescimento muito menor que o projetado. A expectativa, acrescentou, é de que o produto interno bruto (PIB) brasileiro cresça menos nos



Relatório tentará preservar obras do PAC e programas sociais, afirma Delcidio

próximos anos.

– O posicionamento de Meirelles é absolutamente realista, equilibrado e de alguém que

entende que a crise é séria e naturalmente vai ter desdobramentos no Brasil. Ele está convicto das providências que

Jonas Pereira

o Banco Central tem tomado não só com relação ao mercado interno, mas também no que se refere a exportações, pois reconhece que há dificuldades, que há problemas com empresas no Brasil que apostaram num dólar menor, ao contrário da política do BC, que apostou numa relação real-dólar mais elevada – disse.

Segundo Delcidio, o relatório preliminar do projeto do Orçamento 2009, que deverá ser apresentado no dia 21, poderá trazer indicativos de cortes em custeio e investimento, preservando, no que for possível, obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas sociais do governo.



Onde e quando o Orçamento será debatido

BRASÍLIA

Data: 22 de outubro

Horário: 14h30

Local: Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

FORTALEZA

Data: 23 de outubro

Horário: 9h

Local: Plenário da da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

RECIFE

Data: 23 de outubro

Horário: 16h

Local: Auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

CAMPO GRANDE

Data: 28 de outubro

Horário: 9h30

Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul

MANAUS

Data: 30 de outubro

Horário: 14h

Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas

GOIÂNIA

Data: 31 de outubro

Horário: 9h

Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Goiânia

PORTO ALEGRE

Data: 3 de novembro

Horário: 9h

Local: Teatro Dante Barone da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

VITÓRIA

Data: 3 de novembro

Horário: 17h

Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo

BELO HORIZONTE

Data: 4 de novembro

Horário: 9h

Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

CMO realiza seminários para ouvir população sobre proposta

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) inicia na próxima semana os seminários regionais sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2009. O roteiro tem início em 22 de outubro, em Brasília, e será encerrado em Belo Horizonte, no dia 4 de novembro.

O valor total da proposta orçamentária para 2009 é de R\$

1,66 trilhão, dos quais R\$ 525,5 bilhões referem-se ao refinanciamento (rolagem) da dívida pública. Desconsiderando-se esse valor, o Orçamento Geral da União efetivo atinge R\$ 1,13 trilhão, dos quais R\$ 79,7 bilhões correspondem a investimento das empresas estatais federais e R\$ 1,05 trilhão aos orçamentos fiscal (efetivo) e

da seguridade social.

Os seminários foram organizados como mais uma ação de transparência da CMO, que modernizou o programa Fiscalize (www.camara.gov.br/orcamento).

As discussões vão possibilitar a elaboração participativa do Orçamento por meio da consulta popular.

Os encontros, abertos à comunidade, terão a participação do presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), do relator-geral do projeto orçamentário, senador Delcidio Amaral (PT-MS), do relator de Receita, deputado Jorge Houry (DEM-BA), de integrantes da comissão e de líderes regionais.

Valadares denuncia frigoríficos por aumento do preço da carne

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) mostrou-se indignado com os recentes aumentos de preço da carne bovina, a seu ver conseqüência da crise financeira internacional, e pediu ao governo que adote “um pacote de medidas” para proteger os consumidores. Ele ponderou que a população de baixa renda, que nada ganhou nos tempos de especulação financeira, não pode agora assumir os resultados da crise.

Valadares acusou os frigoríficos de tentarem aumentar suas vendas ao exterior para faturar mais com a valorização do dólar perante o real, o que tem gerado os aumentos de preço da carne no mercado interno. Disse que o reajuste médio nos supermercados chega a 21% e, no caso do contrafile, o aumento já passa dos 50%.

O senador por Sergipe opinou que a equipe econômica do governo descuidou da cesta básica dos brasileiros. Ele perguntou se os ministros não estão agindo de maneira errada na sua tentativa de segurar o dólar. Valadares entende que o governo deve atuar para mandar a conta da crise para quem estava dentro do cassino e ganhou dinheiro com a especulação financeira nos últimos anos.

– Pagamos os juros mais altos durante toda a fase de bonança, quando havia dinheiro



Senador espera que governo adote medidas para defender consumidores

farto. Por que agora temos que continuar pagando não apenas juros mais altos, como também sofrer aumentos de preços na carne e no pão? – questionou Valadares.

O parlamentar lamentou ver notícias informando que a equipe econômica do governo admite que o Banco Central talvez seja obrigado a elevar a taxa básica de juros, na tentativa de segurar um possível efeito inflacionário oriundo do aumento do dólar. Acrescentou que ninguém precisa ser especialista para perceber que a recessão mundial vai afetar as exportações brasileiras. Valadares observou que, se os bons tempos da economia nacional foram propiciados também pelas exportações, é de se prever que, nos próximos meses, o Brasil sofrerá com a retração econômica internacional.

Suplicy comemora os resultados macroeconômicos do Brasil

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que os dados macroeconômicos do Brasil apresentam um cenário positivo para o país. Citando o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o senador disse que, desde janeiro de 2008, foram gerados mais de 2 milhões de empregos. Já o comércio varejista, acrescentou, teve crescimento de 10,6% nas vendas nos oito primeiros meses do ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As exportações brasileiras, continuou Suplicy, subiram de US\$ 14 bilhões, em dezembro de 2007, para mais de US\$ 20 bilhões, em julho de 2008. O senador também lembrou que as reservas internacionais do país, que em 2004 somavam US\$ 53 bilhões, estão atualmente em US\$ 207 bilhões e a dívida externa total líquida encontra-se em menos de US\$ 16,5 bilhões.

– Ou seja, estamos vendo, nos mais diversos setores da economia brasileira, dados muito positivos, inclusive fazendo com que a relação dívida pública sobre o PIB esteja diminuindo. Por exemplo, em dezembro de 2007, era 42,67% e, em agosto de 2008, ficou em 40,51%.

Eleições

Suplicy também desejou boa sorte aos eleitores dos 30 municípios que realizarão segundo



Eduardo Suplicy deseja boa sorte aos eleitores do segundo turno

turno para eleger seus prefeitos em 26 de outubro. Ele registrou que capitais importantes disputarão a segunda etapa do pleito, como São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Porto Alegre e Belo Horizonte.

O senador disse ainda que a eleição presidencial norte-americana deve ser acompanhada atentamente. Para Suplicy, assim como Barack Obama teve resultados positivos nos debates contra John McCain, a candidata Marta Suplicy pode ser beneficiada nos dois debates, a serem ainda realizados, com o candidato Gilberto Kassab.

Heráclito Fortes (DEM-PI) e Alvaro Dias (PSDB-PR) apartearam Suplicy. Para Alvaro Dias, o presidente Lula deveria criar um “comitê de crise”, com a participação de especialistas, para discutir medidas necessárias contra as turbulências internacionais.

Genaldo Magalhães

Genaldo Magalhães



José Cruz

Proposta de Paim também beneficiaria os pequenos e médios empresários

Paim sugere fundo de financiamento para microempresa

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando a apresentação de emendas, projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas. De natureza contábil, o fundo deverá reunir os recursos públicos para o setor, ficando responsável pela concessão de financiamentos às sociedades simples, às sociedades empresariais e aos empresários.

De acordo com o projeto (PLS 376/08), deverão compor o fundo, entre outros, recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que forem consignadas no orçamento anual, inclusive aqueles decorrentes da emissão de títulos da dívida pública; as ações da sociedade de economia mista federal excedentes ao necessário para manutenção de seu controle pela União; e as transferências de bens móveis e imóveis que poderão ser alienados na forma da legislação pertinente.

Empregos

Paim afirma que, no mundo inteiro, as micro, pequenas e médias empresas são as principais responsáveis pela criação de empregos. Observa também que têm importante papel na sustentação da demanda agregada, na introdução de inovações mercadológicas e na geração de renda.

“O Brasil não difere dos demais países. É amplamente reconhecida por todos nós a necessidade de oferecer a essas empresas melhores condições para que operem e prosperem, contribuindo para o bem-estar da população”, ressalta o senador.

Ao justificar sua proposta, o parlamentar lembra os diversos meios legais que vêm sendo oferecidos para que essas empresas funcionem em melhores condições. Entre eles, a Lei do Super Simples (Lei 123/06 – Complementar), que simplificou as regras tributárias a que estão submetidas as microempresas e as empresas de pequeno porte; e o Programa de Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte (Lei 11.110/05), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além das dotações orçamentárias. No entanto, entende Paim, há a necessidade de imprimir maior racionalidade à programação financeira do governo.

“Para isso, propomos a criação de rubrica contábil específica para reunir o conjunto de recursos públicos hoje destinados ao apoio a esse setor”, explica Paim. Ele também avalia que a criação do fundo poderá alavancar os empréstimos concedidos pelos bancos públicos federais.

Senador propõe subvenção ao setor para não haver desabastecimento. A crise internacional, no entanto, afirmou, pode ser a oportunidade para o Brasil se tornar um grande fornecedor mundial de alimentos

Agronegócio pode “quebrar no próximo ano”, alerta Goellner

AO CITAR ANÁLISE feita por especialistas em economia sobre a crise financeira internacional, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmou ontem que o agronegócio brasileiro poderá “quebrar” no próximo ano se não for subvencionado, pois os preços dos produtos estarão “achatados” e poderá haver desabastecimento. Mas, acrescentou, a crise poderá ser uma grande oportunidade para o Brasil se tornar um dos grandes fornecedores de alimentos para o mundo, ao lado da Argentina, Canadá, Estados Unidos e Austrália.

– O mundo todo foi pego com os estoques mínimos de alimentos muito baixos. Na verdade, o mundo tem alimentos para enfrentar uma crise de desabastecimento somente por 30 dias, o que é calamitoso – alertou.

Goellner ressaltou que depois que todos os países e blocos econômicos adotarem as medidas saneadoras do sistema financeiro, ainda será necessário um período de 18 a 24 meses para que a produção agrícola volte a ter um fluxo normal de negócios. Conforme ainda o senador, especialistas recomendam ao Brasil conter as ambições de investimentos, especialmente o privado; moderar o crescimento; e alongar o prazo de vencimento das dívidas.

Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, disse que os recursos liberados do depósito compulsório dos bancos devem ser aplicados na produção agrícola. Neuto de Conto (PMDB-SC), por sua vez, observou que as autoridades brasileiras parecem não conhecer o setor agrícola. Ele lembrou declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva segundo o qual a crise financeira internacional não atingiria o Brasil.

– Ele não conhece a área econômica, as cooperativas, os grandes complexos agroindustriais – assinalou Neuto de Conto.

Crimes eleitorais

Gilberto Goellner também falou sobre denúncias de ilicitudes que teriam sido cometidas nas eleições em Cáceres, no Mato Grosso. Segundo ele, o Ministério Público Eleitoral pediu a cassação do candidato à reeleição, Ricardo Henry (PP), por abuso de poder econômico e outras ilegalidades, como compra de votos e contratação de 684 pessoas pela prefeitura em pleno período eleitoral.

Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou que as denúncias são concretas e que, se comprovadas, poderão comprometer as eleições em Cáceres. Jayme Campos (DEM-MT) defendeu o financiamento público para campanhas eleitorais. Disse que a Justiça Eleitoral tem de tomar providências, pois as denúncias seriam robustas.

Goellner lembrou as denúncias de ilicitudes nas eleições em Cáceres



Foto de Joice Pereira

Comissão vai discutir produção de aves e suínos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou na quarta-feira requerimento do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) solicitando realização de audiência pública para analisar a cadeia produtiva de aves e suínos no país. A reunião foi marcada para as 10h do dia 29.

Para Neuto de Conto, que preside a CRA, a audiência vem em boa hora, já que a indústria de ração vive um momento de crise. Ele citou, como exemplo da crise, reportagem do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, mostrando frangos mortos por falta do alimento.

Osmar Dias (PDT-PR) tam-



Neuto de Conto, que propôs a audiência, afirma que a indústria de ração passa por crise

bém entende que o encontro será proveitoso. O senador, que combate o oligopólio do setor, advertiu, entretanto, que a falta momentânea de ração no mercado pode ser uma espécie de armadilha para que os produtores forcem o aumento dos pre-

ços do produto. Para ele, é preciso cobrar responsabilidades quanto à ausência de ração no mercado. Osmar Dias adiantou ainda que, em breve, irá apresentar requerimento solicitando outra audiência com vistas a discutir a cadeia produtiva

dos bovinos.

Foram convidados para o debate o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Rubens Valentini; o assessor técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos Fabiano Coser; o presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, Pedro de Camargo Neto; o presidente da diretoria-executiva da União Brasileira de Avicultura, Ariel Mendes; e o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Exportadores de Frango, Francisco Turra.

Semana da Acessibilidade começa em 2 de dezembro

O Senado aprovou ontem requerimento do presidente da Casa, Garibaldi Alves, para a sessão especial de abertura da 4ª Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. A sessão ocorrerá em 2 de

dezembro. A programação para os demais dias do evento ainda não está definida.

Há quatro anos, o Senado Federal promove uma semana de atividades especiais – como audiências públicas, palestras, mostra de filmes

e shows – para discutir e divulgar os direitos dos portadores de deficiência. Já passaram pelo evento o grupo Os Paralamas do Sucesso – cujo vocalista, Herbert Viana, é cadeirante – e o músico Marcelo Yuka.

Praia cobra ações para melhorar condições de vida na Amazônia

Jefferson Praia (PDT-AM) pediu em discurso a imediata implementação de ações coordenadas para melhorar a vida dos 25 milhões de pessoas que vivem na região amazônica. O senador disse que há unanimidade na defesa do desenvolvimento da Amazônia com preservação e conservação ambiental, mas advertiu que “um pai de família, vendo o filho com fome, jamais vai respeitar a floresta em pé”.

O parlamentar afirmou que “o governo federal se perde” em ações descoordenadas de vários ministérios. Jefferson Praia defendeu a realização de audiências públicas frequentes em todas as cidades da região, com o objetivo de estabelecer “uma agenda de políticas públicas adequadas” para o desenvolvimento econômico e social dos municípios amazônicos.

– O ministro Mangabeira [Unger, da

Secretaria de Assuntos Estratégicos] tem ouvido o povo, o ministro [Carlos] Minc [do Meio Ambiente] também, mas temos de unificar isso – declarou Jefferson Praia, acrescentando que, se não for adotada uma agenda de políticas públicas, se assistirá ao aumento do desemprego, da prostituição e do tráfico de drogas na Amazônia.



Jefferson Praia: “Pai vendo o filho com fome não respeitará a floresta”

Foto de Gerardo Maggela

Renan anuncia fase final da obra do aeroporto de Maceió

A obra do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió, entrou em sua fase final, com a construção de uma passagem elevatória para as vias da região, anunciou Renan Calheiros (PMDB-AL). Desculpando-se por não poder comparecer à solenidade, o senador disse que o aeroporto é o quarto maior do Nordeste e o primeiro projetado com a tecnologia de eficiência energética de co-geração.

Renan afirmou que a obra está orçada em cerca de R\$ 17 milhões e vai melhorar o acesso dos usuários do aeroporto à cidade de Maceió, evitando o cruzamento da BR-104.

O senador acrescentou que também está previsto um viaduto no sentido Maceió-Messias e que já foi iniciada a duplicação da BR-104, onde se encontrará



Renan cobra do Dnit publicação de edital para duplicação de rodovia

com a duplicação da BR-101.

– No caso dessa obra, é preciso acelerar a publicação do edital. Gostaria de cobrar publicamente do diretor-geral do Dnit [Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes], Luiz Antônio Pagot, essa medida, ainda para este mês. Já foram removidos os entraves ambientais e fundiários – assinalou.

Aposentados da Aerus precisam receber, diz Alvaro

Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou do governo o pagamento dos aposentados do fundo de pensão Aerus, que congrega ex-trabalhadores das empresas Varig e Transbrasil. O senador leu nota técnica da Advocacia Geral da União que anuncia a derrota do recurso impetrado pelo governo contra a decisão judicial que garantia o pagamento aos aposentados.

De acordo com a nota lida por Alvaro Dias, a Justiça reconheceu “falhas de fiscalização nas sucessivas repactuações” feitas entre o fundo de pensão e as empresas aéreas. Também responsabili-



Alvaro cobra dívida do governo com ex-funcionários da Varig e Transbrasil

liza atos administrativos dos interventores nomeados pelo governo na direção do fundo de pensão.

– O governo transfere bilhões de reais do Tesouro Nacional para socorrer bancos em dificuldades. Nesse caso, o que se exige do governo não é socorro, mas o cumprimento de uma decisão judicial – disse o senador, lembrando que há um ano já pedia justiça para esses aposentados.

Adelmir: preço diferenciado barateará a compra à vista

Senador espera que a Câmara vote com rapidez projeto de sua autoria que permite a fixação de preços diferentes para pagamento em dinheiro e com cartão de crédito

O SENADOR ADELMIER Santana (DEM-DF) disse considerar de extrema importância a aprovação da proposta de sua autoria que permite aos comerciantes cobrarem preços diferentes nas compras feitas com pagamento à vista, em dinheiro e com cartão de crédito. A matéria foi acolhida na terça-feira, em decisão terminativa, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA).

– Agradeço aos senadores a aprovação desse projeto e conclamo os deputados a fazerem o mesmo – disse ele.

Para Adelmir, o modelo de operação dos cartões de crédito no Brasil configura “uma exploração” dos consumidores e comerciantes pelas administradoras, já que estas cobram di-



Para Adelmir, modelo atual prejudica os consumidores e os comerciantes

versas taxas dos lojistas e ainda demoram de 30 a 32 dias para restituir os valores pagos pelos compradores. O custo é repassado para os consumidores, onerando os preços, principalmente para os de renda mais baixa, que não usam o cartão e, portanto, não podem se beneficiar da

Foto de Gerardo Maggela

vantagem do crédito.

O relator, senador Renato Casagrande (PSB-ES), também chama a atenção, no parecer, para o fato de o comerciante, ao fazer a venda por cartão de crédito, transferir os custos da operação para o consumidor. “Isso quer dizer que ele poderia dar desconto a quem paga à vista, mas não o faz porque a legislação não permite a diferenciação de preços, à vista e a prazo”, explicou.

Casagrande ainda observou que a medida beneficiaria os pequenos comerciantes, por possibilitar diminuição de custos quando a venda se faz a dinheiro. Ele acatou a redação aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, de que a oferta de dois preços não configurará prática abusiva.

Serys: professores brasileiros terão um futuro cada vez melhor

Ao lembrar a passagem, na quarta-feira, do Dia do Professor, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que os educadores brasileiros estão em uma situação que permite “esperança de um futuro cada vez melhor”. Um dos aspectos positivos mencionados por ela foi a Lei 11.738/08, que instituiu o piso nacional de R\$ 950 no ensino básico público.

– Pode não ser a remuneração dos sonhos, mas já é um começo – observou.

A senadora destacou que o governo, por intermédio do Ministério da Educação, está criando o Sistema Nacional Público

de Formação de Professores do Magistério. O sistema permitirá ampliar o percentual de docentes formados por instituições públicas de ensino superior – federais, estaduais e municipais – e tratar a formação dos professores como o eixo central das políticas educacionais. A minuta do decreto que instituirá o sistema será submetida a consulta até 24 de novembro.

Serys destacou ainda que o Senado aprovou a criação de mais 50 mil cargos de docentes e técnicos administrativos para o ensino superior e a educação profissionalizante e tecnológica.



Programa ampliará o número de docentes com curso superior, diz Serys

Isso permitiu a ampliação do número de vagas nas universidades federais e a abertura de 150 escolas técnicas.

Ela destacou que o Ministério da Educação investirá globalmente R\$ 2,4 bilhões no ensino superior e R\$ 700 milhões nas escolas técnicas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Se for aceita pelos deputados, proposta aprovada pelos senadores pode evitar que 57 municípios, com prefeitos e vereadores eleitos, sejam extintos

Segue para a Câmara norma sobre criação de municípios

SEGUE HOJE PARA a Câmara dos Deputados o projeto de lei que regulamenta a criação de municípios, aprovado quarta-feira pelo Senado. A proposta (PLS 98/02 – Complementar) pode evitar que 57 municípios, com prefeitos e vereadores eleitos, deixem de existir nos próximos meses. Eles estavam em processo de criação quando o Congresso aprovou a Emenda Constitucional (EC) 15, de 1996, que passou a exigir regulamentação federal para criação de municípios – antes, exigia-se regulamentação por lei estadual.

Muitos desses municípios já estavam no final do longo pro-

cesso de criação e elegeram prefeitos e vereadores nas eleições de outubro de 1996, menos de um mês após a promulgação da EC 15 pelo Congresso. Juízes de instância inferior entenderam que alguns já tinham cumprido quase todas as exigências estaduais e, portanto, seus processos de criação deveriam ser completados, mas houve recursos contra essas decisões. Outros desses municípios só continuam existindo graças a liminares obtidas na Justiça.

O curioso é que 29 dos 57 novos municípios tiveram sua existência questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), apesar

de que, à época da entrada em vigor da EC 15, seus processos de criação já estivessem quase totalmente concluídos. No geral, a maior parte dos 57 municípios conta com instituições consolidadas e recebe regularmente cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O STF evitou nos últimos anos dar decisões de mérito em relação ao assunto, à espera da deliberação do Congresso. Entretanto, em maio do ano passado, o Supremo pediu ao Congresso que votasse a regulamentação, chegando a sugerir o prazo de 18 meses como suficiente para uma decisão.

MUNICÍPIOS QUE DEPENDEM DA REGULAMENTAÇÃO FEDERAL	
Rio Grande do Sul	Aceguá, Almirante Tamandaré do Sul, Arroio do Padre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bozano, Canudos do Vale, Capão Bonito do Sul, Capão do Cipó, Coqueiro de Baixo, Coronel Pilar, Cruzaltense, Forquetinha, Itati, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Mato Queimado, Novo Xingu, Paulo Bento, Pedras Altas, Pinhal da Serra, Quatro Irmãos, Rolador, Santa Cecília do Sul, Santa Margarida do Sul, São José do Sul, São Pedro das Missões, Tio Hugo, Westfália.
Mato Grosso	Bom Jesus do Araguaia, Colniza, Conquista d'Oeste, Curvelândia, Nova Nazaré, Nova Santa Helena, Novo Santo Antônio, Rondolândia, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santo Antônio do Leste, Serra Nova Dourada, Vale de São Domingos, Itanhanga, Ipiranga do Norte.
Goiás	Campo Limpo de Goiás, Gameleira de Goiás, Ipiranga de Goiás, Lagoa Santa
Piauí	Pau d'Arco do Piauí, Aroeiras do Itaim
Bahia	Barrocas, Luiz Eduardo Magalhães
Alagoas	Jequiá da Praia
Rio de Janeiro	Mesquita
Rio Grande do Norte	Jundiá
Mato Grosso do Sul	Figueirão
Espirito Santo	Governador Lindenberg

Sérgio Guerra denuncia uso político de movimento

Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou ontem em Plenário que o confronto entre policiais civis e militares na cidade de São Paulo teve a participação de integrantes da Força Sindical, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Os policiais civis de São Paulo estão em greve há mais de 30 dias.

Durante a tarde de ontem, os policiais civis realizaram uma manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, e o movimento foi reprimido pela Polícia Militar. Mais de 15 pessoas ficaram feridas, houve tumulto, confrontos físicos, uso de bombas de gás lacrimogêneo e muita correria, tudo transmi-



Guerra: militantes e opositoristas a Serra incitaram os manifestantes

tido ao vivo por emissoras de televisão.

Para Sérgio Guerra, militantes e políticos de oposição ao governador de São Paulo, José Serra, incitaram os manifestantes a partirem para o confronto. O senador disse que as reivindicações dos grevistas são válidas,

mas lamentou o uso político do movimento.

– Provocação, agressão, tentativa de desmoralização do governo. Às vésperas do segundo turno querem mudar o resultado da eleição. Não aceitamos esse confronto, essa precária oposição. Polícia misturada com Central Única dos Trabalhadores, polícia misturada com Força Sindical, polícia misturada com Partido dos Trabalhadores, em uma mobilização para desfazer a autoridade do governador do estado às vésperas da eleição – criticou Sérgio Guerra.

Em aparte, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também classificou de lamentáveis os acontecimentos na capital de São Paulo.

Rádio Senado faz balanço do primeiro turno

O programa *Visão Política*, da Rádio Senado, analisa hoje de que maneira os resultados do primeiro turno das eleições municipais podem influenciar o cenário político atual e o pleito de 2010. O convidado, professor David Fleischer, da Universidade de Brasília (UnB), faz um balanço do primeiro turno e analisa os possíveis desdobramentos nas relações entre governo e oposição no Congresso Nacional. O programa vai ao ar às 8h30.

Na segunda-feira, às 8h30, o

embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, comenta, em entrevista ao *Senado Economia*, a crise financeira internacional e suas conseqüências.

Já o programa *Conexão Senado* discute a postura de autoridades brasileiras diante de situações de conflito com países vizinhos. O presidente equatoriano Rafael Correa ameaça expulsar a Petrobras do país, assim como já o fez com a construtora

brasileira Odebrecht e a estatal de energia elétrica Furnas. Situação semelhante ocorreu com a Bolívia, e pode ocorrer também com o Paraguai. As entrevistas com políticos e especialistas sobre o assunto vão ao ar ao meio-dia, também na segunda-feira.

No fim de semana, o compositor Lenine apresenta no programa *Escala Brasileira* seu mais recente trabalho: *Labiata, uma orquídea*. O programa vai ao ar amanhã, às 20h.



Senador pede voto de pesar por assassinato de vereador de Tomé-Açu

Flexa Ribeiro protesta contra "crise na segurança" do Pará

De acordo com Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o Pará passa por uma crise no setor de segurança que começou com a posse da atual governadora, Ana Júlia Carepa (PT).

O senador afirmou que, na campanha eleitoral de 2006, o presidente Lula, ao pedir votos para a então senadora, dizia que, "caso ela fosse eleita, ele mandaria recursos imediatos para resolver o problema da segurança eleitoral".

– Estelionato eleitoral! – frisou da tribuna Flexa Ribeiro, defendendo o registro das promessas feitas no período eleitoral, para depois poderem ser cobradas.

Flexa Ribeiro disse que Ana Júlia Carepa tem a pior avaliação da população entre todos os governadores.

– A saúde é um caos, a segurança é um caos, a educação é um caos – afirmou o senador, acrescentando que o desempenho do Partido dos Trabalhadores no estado, mesmo ajudado pela

máquina governamental, foi fraco.

Assassinato

Flexa Ribeiro pediu voto de pesar para o município de Tomé-Açu, onde foi assassinado, na quarta-feira, o vereador mais votado no último pleito, Raimundo Sampaio Rodrigues, do PRB. Pediu também que o voto fosse encaminhado à família e ao partido.

De acordo com senador, o vereador tinha denunciado o delegado por prevaricação – crime cometido por servidor público quando, indevidamente, este retarda ou deixa de praticar ato de ofício, ou pratica-o contra disposição legal expressa, para satisfazer interesse pessoal.

O delegado, segundo o parlamentar, teria se negado a fazer ocorrência contra pessoas presas por compra de votos para o PT. Flexa Ribeiro citou ainda atentados ocorridos em outros municípios.

Estado é o mais violento do país, diz Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) denunciou mais um assassinato por razões políticas no Pará – "um estado onde a insegurança pública chegou ao limite do tolerável". Ele disse que o vereador mais votado de Tomé-Açu, Ricardo Sampaio, morreu após levar sete tiros quando andava pelas ruas da cidade. Um motorista que o acompanhava recebeu dois tiros.

Durante as eleições, também foi assassinado Agemiro Gomes, candidato a prefeito de Rio Maria. Ainda em Tomé-Açu, o vereador Bruno Spinassi levou um tiro e conseguiu escapar com vida, "por sorte", afirmou o senador. Houve outros atentados: contra José Barbosa, candidato a vereador de Santa Bárbara, e contra Gandor Hage, candidato à reeleição em Almeirim.

– O Pará é hoje o estado mais violento do país. A governadora Ana Júlia Carepa

Mário Couto: governadora deve pedir socorro a Lula



prometeu, nos palanques, acabar com a insegurança no estado, mas estamos vendo o contrário. Ela deveria ir ao presidente Lula e pedir que ele socorra o Pará – frisou.

Mário Couto afirmou que a Polícia Civil do Pará está abandonada, com salários baixos, sem veículos e com um número irrisório de policiais. Mostrou, em Plenário, a fotografia de uma delegacia sem telhado, lembrando que no seu estado costuma chover quase todo dia. O senador disse ainda que nas cidades de Ourilândia do Norte, com 19.500 habitantes, e em Eldorado dos Carajás existem apenas um delegado, um investigador e um escrivão.

Azeredo defende ampliação do voto de emigrante

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição que concede ao brasileiro residente no exterior o direito de eleger representantes no Parlamento (PEC 5/05). Ele disse que a proposta, da qual foi relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cria circunscrições eleitorais especiais destinadas a viabilizar a eleição de representantes dos cidadãos brasileiros que residem em outros países. Atualmente, essas pessoas votam apenas para presidente da República.

Azeredo assinalou que a possibilidade de escolher parlamentares favorecerá a proximidade entre quase 3 milhões de brasileiros que estão no exterior e que colaboram com o crescimento da economia, enviando cerca de US\$ 6 bilhões por ano para o Brasil.

– Estamos falando de tornar possível a incorporação ao processo político brasileiro de 2 milhões de concidadãos, que vivem em outros países, nem sempre por opção, mas por falta de trabalho no Brasil.

A proposta, que está na pauta de votações do Plenário, é de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Mão Santa quer criação do estado do Gurguéia

Ao comemorar a aprovação, pelo Plenário, do projeto de lei (PLS 98/02 – Complementar) que define regras para a criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação de municípios, Mão Santa (PMDB-PI) defendeu também o acatamento pelo Senado de proposição que permita a criação de novos estados no país.

O senador se manifestou a favor da criação do estado do Gurguéia, no sul do Piauí. No ano passado, João Vicente Claudino (PTB-PI) apresentou projeto de decreto legislativo (PDS 55/07) que institui plebiscito para tratar do assunto. A matéria está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

O estado do Gurguéia teria uma área de 155.568km² – ou 61,85% da área total do estado do Piauí, com 645.296 habitantes, tendo como capital a cidade de Alvorada do Gurguéia.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) apoiou o pronunciamento de Mão Santa.



Mão Santa (foto) apóia projeto de João Vicente Claudino

Projetos aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional garantem a preferência à contratação de trabalhadores dos países do bloco

Acordos facilitam prestação de serviços no Mercosul

DOIS ACORDOS INTERNACIONAIS que facilitam o trânsito de prestadores de serviços entre os países do Mercosul foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As propostas serão agora examinadas em Plenário. Os acordos – firmados durante a 25ª Reunião de Cúpula do bloco, em dezembro de 2003, em Montevideu – determinam a criação do Visto Mercosul e do Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário.

O primeiro acordo – contido no Projeto de Decreto Legislativo 94/08, cujo relator *ad hoc* foi Romeu Tuma (PTB-SP) – institui regras para facilitar a prestação de serviços dentro do bloco e estabelece preferência para os prestadores de serviços do Mercosul. As exigências que o texto apresenta para os prestadores do próprio bloco são bem mais flexíveis que as aplicáveis aos provenientes de outros países.

Para os primeiros, disse Tuma, são necessários apenas documentos como contrato de trabalho válido, passaporte e certificado de bons antecedentes. Já para os demais prestadores, outras exigências precisam ser cumpridas, como comprovação de renda e o visto para o exercício temporário de trabalho emitido

pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O Projeto de Decreto Legislativo 108/08, que aprova o texto do segundo acordo, teve como relator *ad hoc* o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Conforme exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, o texto é um importante passo rumo à mobilidade de pessoas no Mercosul, por disciplinar o estabelecimento de normas quadripartites para a outorga de licenças temporárias aos prestadores de serviços profissionais dos países que compõem o bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

A outorga de licenças, ainda segundo o acordo, será feita por meio de organismos profissionais responsáveis pelo controle e fiscalização do exercício profissional. Esses organismos deverão formar grupos de trabalho para ordenar uma normativa comum para o exercício temporário da prestação de serviços. Entre as diretrizes a serem observadas, estão a necessidade de se contar com um contrato de trabalho e critérios de equivalência na formação dos profissionais.

– O acordo é oportuno porque ajuda a resolver a questão do intercâmbio de profissionais no Mercosul – avaliou Cristovam.

Objetivo é facilitar intercâmbio de profissionais, diz Cristovam Buarque, relator de uma das propostas



Eduardo Azeredo preside reunião da Comissão de Relações Exteriores

Comissão questiona imunidade de diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores com relação às imunidades de diplomatas e de seus familiares, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das leis de trânsito. O requerimento foi apresentado pelo vice-presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), dois dias depois de um acidente que envolveu Sebastian González Arias, filho do embaixador do Paraguai.

Como observa o senador na justificativa de seu requerimento, o filho de 19 anos do embaixador Luiz González Arias foi flagrado alcoolizado e sem carteira de motorista depois

de se envolver em um acidente com dois outros veículos, nas proximidades do Senado. Por ser filho de embaixador, afirma ainda Azeredo, recebeu apenas advertência verbal de um policial.

– Se fosse brasileiro, devido à Lei Seca, o rapaz seria preso, perderia a carteira de motorista e teria que pagar quase mil reais de multa. A Convenção de Viena, que rege as relações internacionais, garante imunidade para diplomatas em missão estrangeira. Entretanto, é preciso que se exija o respeito às leis locais, o que, com frequência, não tem sido observado – registrou Azeredo.

Ao concordar com o requerimento, Cristovam Buarque



Dornelles está preocupado com as práticas desleais de comércio exterior

Conselho de Defesa Comercial pode ser criado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou parecer favorável ao projeto de lei (PLS 715/08) de Francisco Dornelles (PP-RJ) que institui o Conselho de Defesa Comercial. O relator *ad hoc* foi Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A proposta será ainda examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o projeto, o conselho terá entre suas atribuições estabelecer diretrizes para investigações sobre práticas desleais de comércio exterior e fixar direitos *antidumping*, compensatórios e provisórios ou definitivos.

Foi também acolhido parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 120/08, relatado por Cristovam Buarque (PDT-DF), que aprova acordo de extradição entre o Brasil e o Líbano.

Três requerimentos foram igualmente acolhidos. O primeiro, de Paulo Paim (PT-RS), requer voto de aplauso ao ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela. O segundo, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pede voto de solidariedade aos povos da Rússia e da Geórgia. O terceiro, de Aloizio Mercadante (PT-SP), solicita voto de censura às “tentativas de desestabilização” do governo da Bolívia.

(PDT-DF) lembrou que os índices de criminalidade vêm aumentando. E questionou se um diplomata ou familiar estaria imune caso viesse a envolver-se com o tráfico de drogas.

– Esse acidente indignou a população de Brasília – disse Cristovam.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) também apoiou a iniciativa de Azeredo, ressaltando que a falta de pagamento de multas de trânsito no Distrito Federal, por parte de integrantes de delegações estrangeiras, representa prejuízo aos cofres públicos. O requerimento será encaminhado à Mesa do Senado, que deverá enviar o pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores.

Maldaner alerta para pesca ilegal em Florianópolis

Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou para a “enorme depredação” pela qual passa a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, criada em maio de 2004 e localizada ao norte da Ilha de Florianópolis.

De acordo com o senador, jornais televisivos noticiaram recentemente pesca predatória na região – onde existem também outras pequenas ilhas. Ele disse que esse “santuário de preservação” está correndo o risco de perder certas espécies de peixes e de corais, alguns já em extinção.

Na opinião de Maldaner, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não tem condições de, sozinho, fiscalizar a reserva biológica, pois apenas três fiscais do órgão estão destacados para a região. Para o senador, o governo deveria descentralizar a fiscalização ambiental em todo o país, firmando convênios com estados e municípios.

– Apenas a pesquisa científica é permitida na reserva. Mas a proximidade dela com o litoral e o pequeno número de fiscais – apenas três – facilitam a ação depredadora de alguns inescrupulosos – afirmou.

Inquérito

O senador informou que a Polícia Federal vai abrir inquérito para investigar a pesca ilegal naquela unidade de conservação da vida marinha. Segundo Maldaner, a reserva abriga sítios de reprodução de várias espécies de peixes. Ele informou que a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo é composta pelas ilhas costeiras do Arvoredo, Deserta, Galé e pelo rochedo Calhau de São Pedro, a norte de Florianópolis. E vários municípios da região têm suas economias baseadas na pesca e no turismo.

– A pesca ilegal põe em risco corais, tartarugas, baleias, golfinhos, grande variedade de peixes, crustáceos, moluscos e diversas aves. Preservar a Reserva do Arvoredo equivale a proteger o equilíbrio natural e a possibilitar o repovoamento dos peixes que alimentam toda aquela região e sua indústria pesqueira – disse.



Maldaner diz que Reserva do Arvoredo sofre depredação